



ENCONTROS BIBLI

Universidade Federal de Santa Catarina

bibli@ufsc.br

ISSN : 1518 – 2924

BRASIL

2003

Clarice Fortkamp Caldin

A FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA DA LITERATURA INFANTIL

Encontros Bibli, 1er. Semestre, número 15

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil



A FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA DA LITERATURA INFANTIL

THE SOCIAL FUNCTION OF CHILDISH LITERATURE READING

Clarice Fortkamp Caldin
Professora do Departamento de Ciência da Informação
Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
claricef@matrix.com.br

RESUMO

A laicização da literatura, instalada com o Romantismo, muda a concepção da leitura. A aprendizagem da leitura, transformada em prática social e servindo de legitimação da burguesia, possibilita a emancipação da criança e a assimilação dos valores da sociedade. Nos seus primórdios, a literatura infantil tem função formadora, ao apresentar modelos de comportamento com a finalidade de reforçar os valores sociais vigentes. A literatura infantil contemporânea oferece uma nova concepção de texto escrito, aberto a múltiplas leituras, questionamentos e reflexões. A biblioteca escolar desempenha um papel relevante no despertar o gosto pela leitura da literatura infantil. O bibliotecário, consciente de sua função de educador, prioriza a leitura de textos de qualidade que desenvolvam a capacidade crítica da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura - função social. Literatura infantil - função social. Biblioteca escolar.

1 INTRODUÇÃO

Ao buscar no grego o pleno sentido de *ler* como sendo *legei* – temos *colher*, *recolher*, *juntar*, que no latim transformou-se em *lego*, *legis*, *legere* – juntar horizontalmente as coisas com o olhar. Entretanto, os latinos também usavam *interpretare* para *ler*, mas com um significado mais profundo, o de ler verticalmente, sair de um plano para outro, de forma transcendente. Nesse sentido, a leitura ultrapassa o passar de olhos por algo, mas vai além do visualizar, aventurando-se no desconhecido para uma plena compreensão do sentido das coisas.

Se a escritura se configura como um meio transmissor de informação, a leitura se configura como um meio de aquisição do que se passa ao redor do homem. A leitura é, portanto, um ato social, e como tal, uma questão pública.

Tem-se como assertiva que a criança, ao realizar a leitura de textos literários, não passa apenas os olhos pela página impressa. Busca um sentido nas palavras, aventura-se no desvendamento do enigma do código escrito.

A quantidade dos textos literários infantis no mercado livreiro propicia a criação de diversos públicos-leitores, cada qual com sua preferência. Mas, induzido pelo autor, pode o leitor-criança ser ingenuamente levado no rol das ideologias dominantes, visto que é o adulto (com seus valores) que escreve o texto literário infantil. Entretanto, no decorrer de muitas leituras e à medida que vai ganhando experiência, pode esse leitor inferir sentidos à leitura, ou, como diria Iser (1999), preencher as lacunas do texto.

O discurso literário infantil apresenta-se em uma linguagem carregada de ideologia. O uso social desse discurso reforça a estrutura vigente e, portanto, cabe à leitura preparar a criança para refletir sobre os valores da sociedade.

No presente artigo, resgata-se a função social da arte e da literatura, a função social da literatura infantil, a função social da leitura, e a função social da biblioteca escolar como disseminadora da leitura da literatura infantil.

2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE E DA LITERATURA

A arte implica atividades de construção, expressão e conhecimento. Possui técnicas peculiares, nascidas da intencionalidade de “fazer artístico”. E configura-se, segundo os teóricos, no motivo principal da interação do homem com o universo, com o outro e consigo mesmo.

Na Idade Média, coube à arte “revelar o divino”, pois a concepção da beleza relacionava-se exclusivamente com Deus. Por outro lado, no Renascimento, buscou-se o ideal de perfeição humana que fosse ao mesmo tempo estético, moral e espiritual. A partir da Modernidade, identificada com a ascensão da burguesia e com a ideologia do Romantismo, a obra de arte passa a incluir a destinação ideológica, sem, contudo, perder a magia que lhe é peculiar.

Na atualidade a arte torna-se mais necessária, pois o homem contemporâneo anseia superar o cotidiano, absorver o mundo e controlar a realidade. Porém, deve-se recordar que a obra de arte é representativa da classe dominante e tenta mascarar as diferenças sociais existentes. Não existe, entretanto, obra artística desvinculada do contexto histórico no qual é produzida. Todo o “fazer artístico” cumpre uma prática ética e social. É, por conseguinte,

uma ideologia, podendo ou não se comprometer, em grau diversificado, com o mundo referencial.

Pode-se dizer, então, que a arte é social porque sofre ação do meio e exerce influência sobre ele. Muito embora perceba a imbricação meio/obra – obra/meio, Candido concentra-se mais nas indagações acerca das influências do meio sobre a obra. Ao afirmar que a arte é a expressão da sociedade, Candido (2000, p.20) apresenta a idéia de que

A arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.

A arte, sendo social, liga-se aos valores ideológicos vigentes que o artista utiliza nos seus temas e causa impacto quando se comunica com seu público. Por esse motivo, a obra está completa somente no momento de interação artista/público, quando seus efeitos se fizerem sentir nesse último.

A esse respeito, expressam-se Yunes e Pondé (1988, p.10): “um dos papéis da arte na vida social, hoje [...] é a formação de um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica, uma nova visão do mundo”. A obra literária é, então, “um objeto social; para que exista é preciso que alguém escreva e um outro a leia” (YUNES; PONDÉ, 1988, p. 38).

Candido (2000) observa que a literatura desempenha o papel de instituição social, pois utiliza a linguagem como meio específico de comunicação e a linguagem é criação social. Observa, também, que o conteúdo social das obras em si próprias e a influência que a literatura exerce no receptor fazem da literatura um instrumento poderoso de mobilização social.

Ao considerar que “a arte e a literatura são atividades permanentes, correspondendo a necessidades imperiosas do homem e da sociedade”, Candido (1995, p.16) também confirma a função social de ambas.

3 A FUNÇÃO SOCIAL DA LITERATURA INFANTIL

A laicização da literatura, na época moderna, instalada com o Romantismo e servindo de legitimação à burguesia, muda a concepção da leitura. O resgate da dimensão social da literatura, pela burguesia, tem repercussões até nossos dias. A nova escritura,

além de atingir e influenciar o público adulto, privilegia textos direcionados às crianças com o intuito modificar o comportamento infantil ao reforçar os valores sociais vigentes que são apresentados como modelos a serem assimilados e seguidos.

Portanto, não é temerário afirmar a função social da literatura infantil, pois é na infância que se forma o hábito da leitura. Nos seus primórdios, a literatura para crianças tem função formadora: apresenta modelos de comportamento que facilitam a integração da criança na sociedade. Lajolo e Zilberman (1999) acreditam que a valorização da família na sociedade burguesa é a mola mestra que transforma a leitura em prática social, quando constitui atividade privada nos lares tendo o livro como instrumento ideal para a formação da moral burguesa. Desde então, segundo as Autoras, “ser leitor, papel que, enquanto pessoa física, exercemos, é função social, para a qual se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 14).

A literatura infantil aparece nesse contexto histórico-social definido: a ascensão da burguesia e a posição que a criança passa a assumir na família. Segundo Lajolo e Zilberman (1999), a nova unidade familiar, centrada no pai-mãe-filhos e fortalecedora do Estado, privilegia a criança como um ser merecedor de atenção especial com *status* próprio, para o qual convergem as preocupações com a saúde, a educação e a religiosidade.

Ao historiar os princípios da educação e instrução oitocentista no Brasil, Mauad (1999) registra que paralela à literatura de caráter universal, prevalecia uma literatura de cunho moralista, própria do século XIX, direcionada à infância e à adolescência: formadora de caráter, de moral identificável, com modelos de virtude, amor e desprendimento a serem seguidos pelas crianças e jovens. Os títulos já indicam o seu conteúdo: *Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno*, publicado em Recife em 1869 e que consiste numa coleção de historietas recheadas do código moral vigente; e *As manhãs da avó : leitura para a infância*, publicado pela Garnier em 1877, com várias histórias morais dedicadas às mães de família que norteariam seus filhos nos princípios, usos e costumes de nossa terra.

Entretanto, pode-se lembrar que a literatura infantil brasileira desenvolveu-se, segundo Riche (1999, p.130), “na virada da modernidade para a pós-modernidade e vai refletir esteticamente esse sistema social complexo vivendo entre o pré-capitalismo de algumas regiões [...] e as grandes cidades”.

Tem-se, então, uma cena social plural, com duas realidades distintas no território nacional: de um lado – crianças com pouco ou nenhum acesso ao livro infantil e à leitura, e, de outro – facilidade incrível aos bens de consumo, entre eles a literatura para crianças.

Muito embora se conviva com tal disparidade no Brasil, o que se pretende destacar, entretanto, é que na atualidade, o livro infantil apresenta a realidade – os problemas sociais, políticos e econômicos. Ao assim fazer, não foge do lúdico, pois continua a transmitir emoções, a despertar curiosidade e a produzir novas experiências. Por outro lado, desempenha uma importante função social que é fazer com que a criança perceba intensamente a realidade que a cerca.

A função social da literatura é facilitar ao homem compreender – e, assim, emancipar-se - dos dogmas que a sociedade lhe impõe. Isso é possível pela reflexão crítica e pelo questionamento proporcionados pela leitura. Se a sociedade buscar a formação de um novo homem, terá de se concentrar na infância para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento da literatura infantil contemporânea, ao oferecer uma nova concepção de texto escrito aberto a múltiplas leituras, transforma a literatura para crianças em suporte para experimentação do mundo. Dessa maneira, as histórias contemporâneas, ao apresentarem as dúvidas da criança em relação ao mundo em que vive, abrem espaço para o questionamento e a reflexão, provenientes da leitura.

Por outro lado, os contos clássicos não impedem o raciocínio lógico, porque não embotam a inteligência da criança. Envolvem, isto sim, o aguçar de sua sensibilidade artística e o equilibrar o sonho com o real. É um jogo estimulante – a criança sabe que o que está lendo não é verdade, mas finge acreditar – é a magia do imaginário, tão necessária ao desenvolvimento infantil.

De acordo com Silva (1986, p.21), a leitura do texto literário “pode se constituir num fator de liberdade e transformação dos homens”. Em consequência, pode-se dizer que tanto a leitura do texto maravilhoso quanto a leitura do texto realista cumprem o papel social de transformar a infância, na medida em que fazem a criança pensar criticamente.

Cumprir lembrar que o texto artístico somente pode desenvolver sua função social em uma coletividade contemporânea que compreenda os códigos culturais. Tais códigos fazem parte do conhecimento acadêmico e são uma forma de poder e uma fonte de sobrevivência. O conhecimento é mantido, difundido e estocado pelo livro, seja o de papel, seja o eletrônico, pois sua forma de transmissão não é via oral, é pela leitura.

4 A FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA

É ponto aceito sem contestação que a leitura do texto escrito constitui uma das conquistas da humanidade. Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, como pode transformá-lo em um processo de aperfeiçoamento contínuo. A aprendizagem da leitura possibilita a emancipação da criança e a assimilação dos valores da sociedade.

Como diz Silva (1985, p.22-23), “a leitura, se levada a efeito crítica e reflexivamente, levanta-se como um trabalho de combate à alienação (não-racionalidade), capaz de facilitar ao gênero humano a realização de sua plenitude (liberdade)”. Dessa forma, a leitura se caracteriza como sendo uma atividade de questionamento, conscientização e libertação. O Autor questiona se a sociedade permite a presença desses leitores críticos e transformadores; vê a leitura como causadora de bem-estar do povo; e coloca a questão da circulação do livro que não se processa democraticamente para toda a população.

No seu primeiro momento de assentamento, o modelo burguês de integração da criança na privacidade e no afeto familiar estende-se também à classe proletária, não com tanta intensidade e com outros objetivos: diminui o custo, social do Estado, que até então mantinha institutos de caridade para cuidar do menor abandonado. Essa criança, criada a partir de agora no seio de uma família pobre, mas unida, contribuirá para sua manutenção, uma vez que trabalhará precocemente. A criança burguesa é separada socialmente; recebe seu próprio espaço de atuação – a escola - isolando-se do mundo dos adultos. A criança proletária, por outro lado, muito embora estando inserida no contexto escolar, tem acesso às ruas e sua formação é mesclada, consistindo em uma educação formal e informal.

Dessa forma, a leitura, decorrente da necessidade da burguesia de expandir o conhecimento, socializou a informação, não mais se restringindo a uma classe privilegiada – a aristocracia. O ensino obrigatório à criança pobre serviu, também, para sanar, em parte, um grave problema social; o desemprego do adulto, até então preterido em favor de uma mão de obra barata e lucrativa.

A sociedade burguesa transformou a leitura em prática social, mas, paradoxalmente, observa-se que o corte social se faz, sobretudo, pela leitura. Em decorrência do ideal da igualdade proclamado pela burguesia, cria-se um espaço de escola democrática. Contudo, a educação oferecida direciona-se à classe mais favorecida. O contexto social vigente prepara a criança burguesa para assumir funções de direção e a criança proletária para desempenhar seu papel de comandada. A não acessibilidade ao livro

e à leitura a todas as classes sociais é uma falha no processo de socialização do indivíduo, pois a capacidade de interpretar o código escrito e de usufruir a beleza das palavras é essencial à dignidade humana em uma sociedade que privilegia a escritura e que se afasta da oralidade. A iniciação estética proporcionada pelo livro leva o indivíduo à insatisfação com o cotidiano e faz nascer nele o desejo de mudança de uma vida medíocre para uma vida plena.

Se até o século XIX a leitura foi privilégio de uma minoria, no século XX e no atual já não se pode dizer o mesmo. Apesar de mal compartilhada, reconhece-se que é um direito de todos. O analfabeto não sabe ler e nem escrever, mas o iletrado funcional é incapaz de ler e escrever o mínimo necessário à vida profissional. Em que pese o nível de desenvolvimento dos países, os iletrados funcionais atingem a casa dos milhões só nos Estados Unidos e França, conforme estudo de Morais (198-). O Autor demonstra como o desenvolvimento econômico exige que todos saibam ler e o façam com facilidade. Isto é exigido não só no trabalho, como também nos afazeres cotidianos. Aumenta vertiginosamente a demanda social da leitura, uma vez que a sociedade está passando por rápidas transformações e a informação se multiplica assustadoramente. A mão-de-obra necessita cada vez mais de especialização, o que implica em mais leituras e leituras mais consistentes. O desemprego aumenta na mesma proporção em que aumenta a riqueza porque já não é necessário tanto trabalho para produzir os bens. A automatização substitui o trabalho braçal e aumenta o nível de exigência em termos de capacidade de leitura. Daí ser alarmante o número de crianças de lares de baixa renda que não dominam a leitura e saem da escola sem estar de fato alfabetizadas. Essas crianças chegam à idade adulta com dupla desvantagem: a de serem pobres e iletradas. Essa disparidade social e cultural aumenta a distância das oportunidades de trabalho e constitui um sério problema ao desenvolvimento de qualquer país.

Em que pese a escolaridade obrigatória no ensino fundamental, pode-se dizer que a alfabetização insere o indivíduo no mundo da escrita e da leitura textual mas não garante sua plena atuação em virtude de outros fatores: recursos financeiros para adquirir o livro, tempo para freqüentar bibliotecas e a falta de um projeto social que desperte a consciência crítica por meio da leitura.

Silva (1985, p.24) afirma que “com raras exceções em pontos isolados do processo histórico brasileiro, não houve a preocupação em se desenvolver uma política ‘honesta’ que promovesse o homem brasileiro em toda a sua plenitude”. Assim sendo, os bens culturais, no Brasil, têm uma distribuição injusta, restringindo-se às elites. As classes

trabalhadoras encontram-se em desvantagem para produzir e expressar suas idéias porque não tiveram o direito de ser leitoras.

Vale lembrar que o destino da leitura está ligado às instituições especializadas – escola, biblioteca – e à sociedade como um todo. Leitura, conhecimento e cultura estão interligados. Perrotti (1990, p. 75) alerta sobre a urgência de apresentar a leitura como “atividade natural e reconhecida pelo e no grupo social” para conferir à infância identidade sócio-cultural.

5 O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA ESCOLAR COMO DISSEMINADORA DA LEITURA DA LITERATURA INFANTIL

A biblioteca escolar é o local por excelência para apresentar a leitura como uma atividade natural e prazerosa, posto que, para muitas crianças, configura-se como a única oportunidade de ter acesso aos livros que não são didáticos.

Em que pese, entretanto, a ausência de bibliotecas nas escolas públicas, quando existe tal espaço privilegiado e o mesmo conta com o profissional bibliotecário, sua responsabilidade de fomentar a leitura não diminui se ele dispõe apenas de uma coleção pequena de livros ficcionais infantis.

O bibliotecário de biblioteca escolar, que, entre outras, acumula as funções de educador e disseminador da leitura, deve preocupar-se com a quantidade de dogmatismo presente na literatura infantil para, na ocasião de montar ou atualizar seu acervo de obras literárias, realizar uma seleção que propicie à criança textos de qualidade, que seduzam para o exercício da reflexão, textos questionadores, conquanto lúdicos. Sua criatividade e perseverança para captar recursos serão postas à prova. Visitas às livrarias solicitando exemplares grátis, participação nas reuniões pedagógicas reforçando a idéia da necessidade de melhorar o acervo, contatos com a comunidade apontando a biblioteca como centro cultural e não como armazenadora de livros (visando doações) – são algumas atitudes que poderão garantir um aumento quantitativo e qualitativo da literatura infantil. Esse é o primeiro passo. O segundo é selecionar – separar o didático, o informacional e o lúdico. Dentre esse último, verificar quais os textos literários infantis que proporcionam à criança aguçar seu senso crítico.

Neste sentido, é mister recordar Ribeiro (1994), que lista nove itens como auxílio na avaliação do conteúdo de livros, baseados no Conselho Internacional de Livros Para

Crianças e utilizado no Estado da Califórnia. As sugestões do Conselho Internacional contemplam a análise: a) nas ilustrações – a representação de estereótipos das minorias; b) no texto - de atitudes racistas e sexistas de maneira dissimulada ou não; c) no estilo de vida - julgamento desfavorável de valores das minorias; d) no relacionamento – se a liderança cabe sempre aos brancos; e) nos heróis – existem heróis negros?; f) no efeito sobre a imagem das crianças – a cor negra está associada com o mal e o sujo? g) no sentido das palavras – quais os adjetivos utilizados para referir-se às minorias?; h) no autor – verificar a intencionalidade e o grau de imparcialidade; i) na literatura dentro de uma perspectiva histórica – verificar o contexto cultural.

Claro está que, para fazer tal avaliação, o bibliotecário necessita ler todo o acervo infantil disponibilizado na biblioteca escolar. Isto significa que ele precisa modificar seu paradigma de leitura. A leitura técnica – suficiente para a catalogação, classificação e indexação, não basta para a análise e observância das perspectivas, dos enfoques, das posturas, da densidade e da condensação textual e dos valores vinculados no discurso escrito.

Ler ou não ler – eis a questão. Se o bibliotecário pretende assumir a posição de agente disseminador da leitura da literatura infantil, *precisa gostar de ler, tem de ler e deve incentivar a leitura.*

Ao focar a leitura como fator de cidadania, deve ter como metas a serem cumpridas no espaço da biblioteca escolar: o congregar ou reunir crianças para ouvir histórias; despertar nas crianças o desejo de ler ou contar histórias às outras; desembaraçar atitudes, abolir inibições e a timidez, por meio de reprodução oral das leituras; ressaltar os diferentes tipos de temperamentos encontrados nas personagens das histórias, a fim de que as crianças aprendam a conviver em sociedade; propiciar a reflexão e o questionamento.

Lembrando que a leitura não é mera decodificação, mas, acima de tudo, interpretação, e, segundo o pensamento moderno, a criação de um novo texto, deve, sobretudo, viabilizar atividades que instiguem a escritura e o registro do discurso infantil, seja em forma de prosa, seja em forma de poesia. Para tanto, pode organizar exposições e concursos literários, fomentando o gosto pela leitura e pela escrita.

O enfoque dado às bibliotecas escolares é, quase sempre, o de suporte informacional ao estudo e à pesquisa. De acordo com Stumpf (1987), entretanto, constituem-se funções da biblioteca escolar desempenhar um papel educativo (apoio no desenvolvimento das atividades curriculares), um papel político (democraticamente

possibilitar a todos os alunos o acesso aos livros), um papel cultural (depositária dos conteúdos da cultura) e um papel social (centro de lazer da comunidade escolar).

Muito mais do que um espaço educativo e um centro de recursos documentais, a biblioteca escolar deve ser, acima de tudo, geradora de novos talentos. Isso será possível apenas se o bibliotecário escolar abdicar de sua mera condição de técnico e gestor da informação para assumir a posição mais ampla de educador, compromissando-se com o corpo discente a fomentar a leitura de textos literários infantis com o propósito de estimular o senso crítico e a veia artística da criança-aluno.

Transformar o silêncio sepulcral considerado adequado ao ambiente da biblioteca em vozes que discutem o texto impresso é resgatar o prazer da leitura e quiçá garantir sua continuidade fora dos bancos escolares, pois, “ se fosse possível imaginar uma estética do prazer textual, cumpriria incluir nela: *a escritura em voz alta*” (BARTHES, 1999, p. 85, grifo do autor).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a avalanche de conhecimento impresso e disponível, o papel da literatura é desenvolver nas pessoas, principalmente nas crianças, um espírito analítico e crítico, o que não acontece quando a oportunidade lhes é negada.

Quando, no século XVIII, os mediadores do texto literário, sacerdotes e críticos, cederam espaço à figura do leitor-intérprete, foram abertas infinitas possibilidades de dar sentidos à leitura. A partir dessa premissa ler é sempre interpretar, e a leitura tem uma dimensão social. Provoca, enriquece e encaminha à reflexão.

Por si só, a questão da diversidade de interpretação é uma forma de democracia, ao permitir que o texto literário seja o lugar da discordância de múltiplas vozes e leituras.

Dessa forma, a leitura, enquanto oportunidade de enriquecimento e experiência é primordial na formação do indivíduo e do cidadão. A formação de leitores se configura como imperativo da sociedade atual. Pessoas afeitas à leitura, aptas a penetrar os horizontes veiculados em textos mais críticos, são pessoas capazes de melhor desempenho em suas atividades e apresentam melhor aptidão para o enfrentamento dos problemas sociais.

Se, por um lado, a leitura pode ser um instrumento de dominação, por outro lado é um instrumento de cidadania. E, muito embora a leitura não seja o único caminho para a

cidadania, ela constrói a cidadania à medida que o homem se constrói dentro dessa sociedade. Para que o homem se “construa” dentro da sociedade, precisa ele de conhecimento – uma forma de poder e uma fonte de sobrevivência.

Complementam-se conhecimento, leitura e cidadania, pois sem leitura não há formação, nem conhecimento, nem cidadania. E sem cidadania não pode existir exatamente uma sociedade.

O ato de ler é, pois, uma ação política, e por isto pode-se dizer que o acesso à leitura depende da organização da sociedade e do Estado, que ajuda a mantê-la e a reproduzi-la.

O domínio da capacidade de leitura gera maior mobilidade dos grupos humanos, aumento qualitativo da capacidade crítica e crescimento de seu potencial reivindicatório. A leitura, portanto, dá voz ao cidadão, no sentido de que sua interpretação pode gerar a transformação do mundo.

Agente disseminador da leitura, o bibliotecário de biblioteca escolar assume o compromisso com a criança de proporcionar-lhe textos de qualidade, que intervenham na formação das mentes e seduzam para o exercício da reflexão.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8.ed. São Paulo: Queroz, 2000.

CANDIDO, Antonio. Literatura, espelho da América? **Luso-brazilian Review**, n.32, p. 15-22, 1995.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kreschmer. São Paulo: Ed.34, 1999. 2 v.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

MORAIS, José. **A arte de ler**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, [198-].

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

RIBEIRO, Maria Solange. Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição à formação crítica sócio-cultural do educando. **Transinformação**, v. 6, n. 1/3, p. 60-73, jan./dez. 1994.

RICHE, Rosa Maria Cuba. Literatura infanto-juvenil contemporânea: texto/contexto – caminhos. **Perspectiva**, Florianópolis, v.17, n.31, p. 127-139, jan./jun. 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papyrus, 1986.

STUMPF, Ida Regina. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1987.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil**. São Paulo: FTD, 1988.

ABSTRACT

The secularism of literature, established with the Romanticism, makes a change on the reading conception. And, since this change, the reading apprenticeship, changed on social exercise and serving to legitimation of bourgeoisie, makes possible the child emancipation and the assimilation of the society values. On the childish literature beginning, it had a former function, showing models of conduct to reinforce the social values of that time. The contemporaneous childish literature gives a new conception of written scrip, open to a multiplicity of reading, questions and reflections. The school library has a relevant paper to awake the liking of childish literature reading. The librarian that knows the figure of educator, gives priority to reading of quality scripts that develop the child criticism capacity.

KEYWORDS: Reading-social function. Childish literature-social function. School library.